

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.751.182 - MG
(2020/0221777-5)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : ILIANO PINTO RIBEIRO
ADVOGADO : ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA - MG055894
EMBARGADO : RICARDO DAVID FROTA
ADVOGADO : ANTÔNIO CHALFUN - MG034968

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ILIANO PINTO RIBEIRO em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

Quanto controvérsia – De que trata da violação do art. 362, II, do CPC, ao contrário do entendeu os Nobre Julgador, em momento algum foi solicitado no recurso especial e do agravo em recurso especial que fosse por e. STJ apreciado provas, tal qual, com a devida vênia, para apreciação desta controvérsia inexistente a necessidade de apreciação de provas, considerando que, restou incontroverso nos autos que a audiência de instrução em questão NÃO foi adiada; que o embargante e seu advogados NÃO compareceram a audiência; e de que o motivo do NÃO comparecimento foi justificado e justificável. Portanto são fatos incontroversos que NÃO dependem de nova apreciação de provas.

É público e notório que e. Superior Tribunal de Justiça tem constitucionalmente da missão de zelar pela correta e uniforme aplicação do direito federal, e não pode contentar-se com interpretações simplesmente razoáveis de outros Tribunais.

Outrossim, não tem como admitir, hoje, à luz do mandamento constitucional, que a interpretação razoável de lei federal seja motivo impeditivo do conhecimento do recurso especial, restando inaplicável o enunciado da vetusta súmula 400 do STF.

Ademais, a interpretação perpetrada é questão de mérito do recurso especial.

Ora, no caso sub oculis, o recurso gira exclusivamente em torno da questão da interpretação do artigo 362, inciso II do Código de Processo Civil, que no entendimento do recorrente, foi contrariado pelo Egrégio Tribunal a quo.

Questão de direito – inexistência de simples reexame de provas.

“Não se pode confundir ‘reexame de prova’ com ‘questão de

fato', pois o reexame de prova é uma espécie do gênero questão de fato. Essa constatação leva à conclusão de que os fatos, quando não decorrem do reexame da prova, podem ser analisados pelas Cortes Superiores.

A indagação sobre as consequências jurídicas do fato ocorrido é uma “questão de direito”.

Essa constatação leva à conclusão de que a premissa do controle das decisões judiciais, por meio de recurso de estrito direito, é a situação fática tal como considerada existente pelas instâncias ordinárias, o que não afasta a possibilidade de se qualificar juridicamente de outra forma os fatos já provados: essa é exatamente a função constitucional das Cortes Superiores.

[...]

É fato incontroverso que tal decisão cerceou o direito ao amplo contraditório do Embargante na audiência de instrução e julgamento, especialmente, em razão de que as testemunhas apresentadas e ouvidas pelo Embargado, sem que o Embargante pudesse argui-las e extrair a verdade dos fatos, contradita-las, ou contestá-las e de produzir suas provas, já que restaram ao Embargante e ao seu advogado a impossibilidade de comparecer a aludida audiência em razão dos motivos alheios a vontades de ambos devidamente justificados na manifestação de ID 5465933 e especialmente declaração médica de ID 54650730.

[...]

A não observância ao disposto no referido dispositivo legal, e a realização da audiência com oitiva das testemunhas do Embargado, sem a presença do procurador do agravante além de infringir dispositivo de Lei Federal, infringiu claramente o princípio constitucional do contraditório e ampla defesa, o que foi amplamente fundamentado pelo Embargante em seu recurso de apelação.

Assim, é neste sentido, que vejo claramente contrariedade neste Julgado que deixou de julgar a afronta ocorrida direta na legislação Federal apontada e o que quer por este embargos declaratórios que seja feito este julgamento e superada esta contradição, afinal está claríssimo que não há que se reapreciar provas para se fazer este julgamento, por se tratar somente de matéria de direito (fl. 558/560).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os

embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente